

A ambigüidade do discurso colonial: *Um estranho em Goa*, de José Eduardo Agualusa

Francisco José Sampaio Melo*

PUCRS



A Índia Portuguesa é resultado da expansão ultramarina de Portugal para o Oriente, iniciada no século XV, e que teve seu ápice com a chegada de Vasco da Gama às Índias em 1498. Os portugueses passaram a desenvolver uma política de colonização na península indiana, centralizada principalmente na costa ocidental da Índia, onde estabeleceram as localidades de Goa, Damão e Diu. Das três, Goa foi a que mais se destacou na relação cultural com a Metrópole.

Culturalmente ligada a Portugal, Goa adotou a língua portuguesa e cultivou as primeiras manifestações literárias nessa língua a partir do século XVI, mas só alcançou uma expressão mais volumosa e de qualidade nos séculos XIX e XX. Em 1961, com a ocupação indiana, houve o progressivo apagamento das tradições culturais que Goa mantinha com Portugal. A população goesa, identificada com os valores lusófonos, passou a sentir-se alheia em seu próprio território. Os goeses tiveram que romper os vínculos com Portugal sem que fosse possível identificarem-se com a cultura do dominador indiano. Divididos na pertença a Portugal ou à Índia, os goeses tentam construir sua própria identidade cultural.

Em situação idêntica, encontram-se povos como o do Timor Leste e o de Macau, para ficar apenas no domínio da comunidade de falantes da língua portuguesa. O povo do Timor Leste firmou sua identidade na luta contra a Indonésia, a que esse povo não queria submeter-se, e no apego ao legado lusófono, ao qual se julgam pertencentes. Já o povo de Macau, de uma forma mais diluída, constrói sua identidade

* Doutorando em Teoria da Literatura no Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS. Pesquisador do Centro de Estudos de Culturas de Língua Portuguesa da mesma Universidade.

em cima da herança colonial portuguesa, cujos laços foram rompidos recentemente, e a partir da dependência do governo da China, a que fora incorporado desde 1999, resultado de um acordo diplomático entre Portugal e aquele país.

José Eduardo Agualusa é um escritor angolano, mas de procedência multicultural. Ele nasceu em Angola em 1960. Em 1975, deslocou-se para Lisboa, onde estudou e passou a atuar na imprensa e a publicar livros no final da década de 1980. E viveu no Brasil, para onde veio na segunda metade dos anos 90, residindo ora no Rio de Janeiro, ora em Recife. Em recente entrevista, Agualusa confessou que, em Angola, é considerado um escritor brasileiro, contudo, no Brasil, é visto como um escritor angolano. Por sua ambivalência cultural, Agualusa vive a situação de nunca estar onde o põem, ou seja, por sua vivência trans-cultural, ele permanece além de uma simples classificação de origem.

Seu livro de estréia, *A conjura*, foi publicado em 1989. Em seguida, veio uma dezena de romances que o consagraram como uma das vozes mais promissoras dessa geração, iniciada literariamente no final do século XX, e que continua a produzir uma obra considerável na década inaugural do século XXI. Já nesse século, Agualusa publicou os seguintes romances: *Um estranho em Goa* (2001), *O ano em que Zumbi tomou o Rio* (2002) e *O vendedor de passados* (2004).

Em *Um estranho em Goa*, o autor apresenta a visão de um jornalista angolano de passagem por Goa, ex-território português na Índia, para refletir sobre a condição de ser goês naquele universo de sobreposição de uma cultura à outra (sobre isso, trataremos mais adiante). Em *O ano em que Zumbi tomou o Rio*, de certa forma, mantém a temática da dualidade cultural; desta vez, ele trata da ação de angolanos que residem em favelas cariocas e se ligam ao mundo de drogas. Nesse romance, os imigrantes angolanos são submetidos à violência típica dos morros do Rio de Janeiro.

Composto por treze capítulos breves, que são antecidos por um mapa de Goa, o romance de José Eduardo Agualusa, narrado em primeira pessoa, trata de uma viagem que o narrador empreende a esse ex-território português encravado na Índia. José, narrador-personagem, é um jornalista angolano que, de passagem por Goa, reencontra Plácido Domingo, homônimo do célebre cantor lírico espanhol, nome adotado para se contrapor ao do consagrado tenor conforme declaração do próprio Agualusa a um jornal brasileiro: *o personagem principal, chamado Plácido Domingos, nasceu numa crônica. Porque eu acho que um homem chamado Plácido Domingos tem que ter um outro destino. Há nomes que têm um destino.*¹ Assim temos o protagonista, um antigo militar por-

¹ AGUALUSA, José Eduardo. Os bons livros são uma mentira. Entrevista concedida a Paulo Polzonoff Júnior (Rio de Janeiro, set. 2004). In: *Rascunho*, Curitiba, ano 5, n. 53, p. 21.

tuguês, que se tornou célebre ao abandonar as tropas salazaristas e aderir à luta revolucionária do povo angolano pela libertação, na década de 1960.

Goa apresenta-se, aos olhos do narrador, primeiramente tingida pelas cores do exotismo de uma terra de coqueiros e arrozais. Passado o colorido da impressão inicial, José depara-se com um lugar eivado por contradições: da outrora província colonial portuguesa, por onde passou Camões no seu peregrinar pelo Oriente, a território conquistado pela Índia, ora estilhaçado em sua identidade cultural e cada vez mais longe de suas históricas raízes lusitanas. Perdidos nesse emaranhado, estão os goeses, que não são portugueses nem indianos. Eles lutam pela preservação de suas peculiaridades: seja na conservação da língua portuguesa, seja no apego ao catolicismo, seja na resistência a integrar-se aos costumes indianos.

O narrador multicultural aproxima-se da gente goesa para dela extrair a empatia humana de mais um povo que se perdeu na voragem de um tempo ingrato com as minorias étnicas, mas que agora tenta se reafirmar num gesto último ante a dissolução total. O narrador revela-se comprometido com a tradição cultural lusófona, já que demonstra conhecer tanto a vida em Portugal quanto aspectos da cultura brasileira; ele acompanha a luta do povo do Timor Leste e de seus compatriotas angolanos, enfim, ele parece um estranho em Goa, mas, de fato, ele é mais um irmão entre irmãos.

A identidade da gente goesa se faz pela negação e a recusa: eles não se consideram indianos nem são portugueses. O duplo que permeia sua identidade suscita uma espécie de atordoamento, responsável por uma desorientação identitária. A certa altura da narrativa, um diálogo entre o narrador e Plácido Domingo testemunha o grau de indefinição a que chegou a personagem. Ouçamos:

- Hoje sente-se indiano?
- Não, indiano não, mas às vezes sinto-me goês...
- E português?
- Isso já não sei. O que é um português? (p. 46).²

Ser indiano ou ser português seria a questão. Porém, ao lado dessa duplicidade identitária, cogita-se também uma terceira identidade que se afirma mais discretamente frente ao poderio de nações como Índia ou Portugal: a possibilidade de ser goês. No entrecruzar de culturas hegemônicas, uma voz dissonante se levanta como marco do desejo de existir de uma minoria populacional: a gente goesa. Para Homi Bhabha, *a articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos*

² AGUALUSA, José Eduardo. *Um estranho em Goa*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2001. Todas as citações são feitas a partir da mencionada edição, indicando-se, no corpo do texto, apenas a página.

culturais que emergem em momentos de transformação histórica (p. 20-21).³ Nesse emaranhado cultural, a formação de uma identidade minoritária compreende um avanço e recuo, com o risco da identificação com o colonizador. Como exemplo dessa atitude, passamos a citar uma passagem do romance:

Um dos funcionários, na fronteira, estranhou que uma senhora de pele tão clara, falando um português primoroso, lhe apresentasse um passaporte indiano:

– A senhora não é portuguesa?

Chorou:

– Sou portuguesa, sim, meu filho, no coração sou portuguesa. Mas obrigam-me a usar esta coisa.

A coisa era o passaporte (p. 58).

A identidade da gente goesa se dá pela cisão entre a pertença a Portugal ou à Índia e vai se constituir naquilo que Homi Bhabha definiu por “mímica colonial”, ou seja, *o desejo de um Outro reformado, reconhecível, como sujeito de uma diferença que é quase a mesma, mas não exatamente* (p. 130). E completa:

A autoridade daquele modo de discurso colonial que denominei mímica é portanto marcada por uma indeterminação: a mímica emerge como a representação de uma diferença que é ela mesma um processo de recusa (p. 130).

O goês é quase português, contudo, carrega em si a marca da diferenciação: ele é português da Índia, como fica assegurado na seguinte fala de determinada personagem: “Somos portugueses. Portugueses da Índia. Não temos nada a ver com esta gente” (p. 58).

Para Bhabha, a mímica *repete*, mais do que *re-apresenta*, e nessa perspectiva redutora emerge a visão européia deslocada (p. 132-133). Dotado dessa visão, o colonizado faz seu o discurso da autoridade. Ele pensa e age como tal. Para exemplificar, citamos um trecho em que o narrador tenta apresentar a um jovem goês caminhos possíveis na busca da identidade. O narrador assim se pronuncia:

Sugiro a Joaquim que passe algumas semanas em Portugal. Talvez em Lisboa descubra que é indiano. Ele olha para mim revoltado:

– Não, não! Como pode dizer isso? Seria mais fácil para mim viver em Lisboa do que em Bombaim (p. 59).

Imbuído dessa visão eurocêntrica, Joaquim prefere habitar no espaço da metrópole portuguesa a residir na periferia do espaço colonial, onde se situa “a terra vazia ou deserta cuja história tem de ser começada, cujos

³ BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. 2. reimp. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003. Todas as citações são feitas a partir dessa edição, indicando-se, no corpo do texto, apenas a página.

arquivos devem ser preenchidos, cujo progresso futuro deve ser assegurado na modernidade” (p. 339), como observou Homi Bhabha.

Até mesmo o narrador, em sua identidade angolana, vive o dilema da pertença a um não lugar. Ele se sente um ser perdido no espaço, um sujeito cujo local de identificação foi sistematicamente negado. Sobre isso, ele comenta:

O irlandês quer saber de onde sou. Angola, respondo, e no instante seguinte já estou arrependido. ‘Onde fica isso?’ Digo-lhe que também não sei, talvez ninguém saiba, suspeito até que não fique em parte alguma... (p. 24).

Plácido Domingo, à imitação do narrador, encontra-se desorientado em seus referenciais de espaço. Ele confessa ao narrador assim:

Angola deixou de me interessar. Está tão longe daqui que por vezes chego a duvidar que realmente exista ou tenha existido um país assim. Penso em Angola como você pensa, eu sei lá, no País das Maravilhas... (p. 46).

A negação da identidade conduz Plácido a um vazio existencial. Ele se considera como alguém cuja pátria lhe fora tirada sem que fosse permitido adentrar em outro território. Ele ficara preso nas teias do não lugar. A esse respeito, ele chega à seguinte conclusão: *... às vezes, sentia-me alheio. Sentia que não pertencia àquele lugar, que não era de fato autenticamente angolano, sentia-me um logro* (p. 64).

Para Bhabha, *a ameaça da mímica é sua visão dupla que, ao revelar a ambivalência do discurso colonial, também desestabiliza sua autoridade* (p. 133). Essa ameaça se faz presente pela intolerância à diferença racial. No romance de Agualusa, personagens, elas também colonizadas, demonstram a “presença parcial” do colonizador ao refletir, em parte, o pensamento colonial da intransigência étnica. Essas personagens afirmam, de forma contundente, seu ódio aos hindus e aos negros. O discurso colonial sofre também perturbações da diferença religiosa ao conceber como superstições a sabedoria milenar do povo indiano em contraste à exaltação de um catolicismo herdado dos europeus.

Outros abalos, agora da diferença cultural, se fazem notar no discurso colonial veiculado na narrativa de Agualusa. Para o narrador, a natureza de Goa perde e muito se comparada com um exemplar arquitetônico de modelo europeu. Ouçamos suas palavras: “... através de uma paisagem extravagante, muito verde, de um verde sufocador, em meio ao qual irrompia de quando em vez o prodígio barroco de uma igreja” (p. 21). O narrador sente-se desconfortável com a identidade que lhe coube assumir. Ele confidencia: “Quanto a mim, qualquer coisa servia, poderia reencarnar numa abóbora ou num gafanhoto, tanto que não fosse outra vez em Angola” (p. 42).

A autoridade colonial sucumbe ante as perturbações da diferença histórica. O discurso colonial sustenta uma versão dos fatos históricos para mais adiante ser questionado pela versão que emerge das vozes

dissidentes. O narrador nos informa: “Em Goa há aqueles que se referem aos acontecimentos de 1961 como ‘A Invasão’, e os outros, os nacionalistas, que tremem só de escutar tais palavras. Eles dizem, com orgulho, ‘A Libertação’” (p. 79).

A ambigüidade do discurso colonial se faz sentir até na menção à bebida característica de Goa, denominada “féni” ou “fenim”. *Entretanto bebemos féni, ou fenim, forte aguardente de caju, orgulho de todos os goeses* (p. 145). Essa aguardente é feita do fruto do cajueiro, planta nativa do Brasil que, levada pelos portugueses para a Índia, lá prosperou, tornando-se um produto tipo exportação daquele lugar. Observamos que o produto que se considera tipicamente local é mais uma marca do fenômeno das relações “transnacionais” que já aconteciam no século XVI pela ação dos portugueses.

Agualusa, nesse romance, produziu o que Bhabha chama de “literatura do reconhecimento”. Nessa espécie literária, o narrador enfrenta o “estranhamento”, condição determinada para aquele que se submete a um “rito de iniciação extraterritorial e intercultural” (p. 30). O narrador angolano depara-se com uma região diferente de seu país de origem, mas que se assemelha a Angola pela mesma colonização portuguesa. Nesse deslocamento territorial e cultural, o narrador constrói uma série de histórias dos colonizados de Goa, gente nostálgica da colonização lusitana e que ainda resiste ao domínio indiano, o que lhes fora imposto há mais de quatro décadas.

José, que se intitula “um estranho em Goa”, quis viver a experiência de um mundo diferente para de lá extrair suas ambivalências e ambigüidades, logo expressas nas páginas de sua ficção de viagens. Ao se aproximar da terra e da gente goesas, o narrador manifestou o desejo de solidariedade social, de reconhecer, naquele povo, as “condições de fronteira e divisas”. Ao ser perguntado por que ele escreve, o narrador responde nestes termos:

Escrevo porque quero saber o fim. Começo uma história e depois continuo a escrever porque tenho de saber como termina. Foi também por isso que fiz esta viagem. Vim à procura de um personagem. Quero saber como termina a história dele (p. 12).

E podemos completar, José Eduardo Agualusa escreveu esse romance para romper a barreira de um estranhamento cultural e para ser, sobretudo, solidário com o povo de Goa.

Referências

AGUALUSA, José Eduardo. Os bons livros são uma mentira. Entrevista concedida a Paulo Polzonoff Júnior (Rio de Janeiro, set. 2004). In: *Rascunho*, Curitiba, ano 5, n. 53, p. 20-21, 2004.

_____. *Um estranho em Goa*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2001.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. 2. reimp. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.